



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1613580 - RS (2016/0184056-8)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
RECORRENTE : METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVADA SA
ADVOGADOS : PAULO ANTONIO MULLER - RS013449
MARCO AURELIO MELLO MOREIRA - RS035572
RECORRIDO : ELTON BOLLIS NERY
ADVOGADO : SUELLEN CASTRO DA SILVA FARIAS E OUTRO(S) - RS067635
AGRAVANTE : ELTON BOLLIS NERY
ADVOGADO : SUELLEN CASTRO DA SILVA FARIAS E OUTRO(S) - RS067635
AGRAVADO : METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVADA SA
ADVOGADOS : PAULO ANTONIO MULLER - RS013449
MARCO AURELIO MELLO MOREIRA - RS035572

EMENTA

CIVIL. PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO CPC/73.** AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. SEGURO DE VIDA. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DAS CUSTAS INICIAIS. CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO. VIOLAÇÃO DO ART. 535, DO CPC/73. NÃO CONFIGURADA. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO NOS TERMOS DO ART. 267, § 1º, DO CPC/73 E SUPRESSÃO DA AUSÊNCIA DO PEDIDO ADMINISTRATIVO PELA RESISTÊNCIA DE PAGAMENTO NA VIA JUDICIAL. FUNDAMENTOS NÃO IMPUGNADOS. SÚMULA 283 DO STF. INADIMPLEMENTO DE PARCELA DO PRÊMIO. EXTINÇÃO AUTOMÁTICA DO CONTRATO. NÃO OCORRÊNCIA. PRÉVIA NOTIFICAÇÃO PARA CONSTITUIÇÃO EM MORA. NECESSIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 568 DO STJ. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESTA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO

DECISÃO

ELTON BOLLIS NERY (ELTON) ajuizou ação de cobrança de seguro de vida contra METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVADA S.A. (METROPOLITAN) pretendendo o recebimento o prêmio do seguro de vida feito por sua mãe.

Em primeiro grau, a ação foi julgada parcialmente procedente.

As partes apelaram e o TJ/RS negou provimento ao apelo de ELTON e deu parcial provimento ao da METROPOLITAN em acórdão, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DE VIDA. PRELIMINAR DE DESERÇÃO DA INICIAL AFASTADA. INTERESSE PROCESSUAL CONFIGURADO. RESISTÊNCIA DA SEGURADORA EM JUÍZO. MÉRITO. ABUSIVIDADE DA CLÁUSULA CONTRATUAL QUE PREVÊ A RESOLUÇÃO AUTOMÁTICA DO CONTRATO EM FACE DA MORA

OU INADIMPLENTO DO PRÊMIO, SEM INTERPELAÇÃO DO
SEGURADO. ACIDENTE PESSOAL. INTERCORRÊNCIAS E
COMPLICAÇÕES DECORRENTES DE PROCEDIMENTO
CIRÚRGICO ESTÉTICO NÃO REPRESENTA MORTE ACIDENTAL
CONSOANTE ART. 12, § 32, INC. II DA CIRCULAR SUSEP 029/1992.
DANO MORAL
NÃO CONFIGURADO. POSSIBILIDADE DE ABATIMENTO DAS PARCELAS DE PRÉ-
apelo da ré parcialmente provido (e-STJ, fl. 253).

Os embargos de declaração opostos pelas partes foram rejeitados (e-STJ, fls. 280/284 e 285/290).

Irresignada, METROPOLITAN interpôs recurso especial com fulcro no art. 105, III, a, da CF, sustentando a violação dos arts. **(1)** 535, do CPC/73 porque houve omissão quanto (i) ao cancelamento da distribuição em virtude do não pagamento das custas iniciais; (ii) que a parte foi intimada para realizar o recolhimento, no prazo de 30 dias, o que não foi feito; (iii) o documento apresentado às fls. 84 não retrata o pagamento das custas de distribuição; e (iv) a falta de interesse de agir por ausência de pedido administrativo. Alegou, ainda, **(2)** a negativa de vigência do art. 257, do CPC/73 que determina o cancelamento da distribuição pela ausência de recolhimento das custas no prazo de 30 dias; **(3)** a carência de ação porque não houve pedido administrativo de pagamento do seguro, nos termos do art. 771 do CC/02; **(4)** a existência de inadimplemento contratual e, portanto, a suspensão das coberturas, da forma como dispõe o art. 763 do CC/02, visto que a segurada estava inadimplente desde 16/11/2012 e o sinistro ocorreu em 8/8/2013, não sendo devido o pagamento da cobertura securitária (e-STJ, fls. 295/308).

O apelo nobre foi admitido (e-STJ, fls. 356/365).

É o relatório.

DECIDO.

O recurso não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

(1) Da violação do art. 535, do CPC/73

METROPOLITAN sustentou a violação do art. 535, do CPC/73 porque houve omissão quanto (i) ao cancelamento da distribuição em virtude do não pagamento das custas iniciais; (ii) que a parte foi intimada para realizar o recolhimento, no prazo de 30 dias, o que não foi feito; (iii) o documento apresentado às fls. 84 não retrata o pagamento das custas de distribuição; e (iv) a falta de interesse de agir por ausência de pedido administrativo.

Da acurada análise dos autos, verifica-se que os aclaratórios foram rejeitados sem qualquer análise das teses inseridas no recurso (e-STJ, fls. 285/290).

Contudo, no acórdão que julgou a apelação o TJ/RS consignou (i) que a parte foi instada ao pagamento das custas e (ii) por erro ou má-fé juntou a guia de preparo do agravo de instrumento, confira-se:

Com efeito, a parte autora restou instada ao pagamento das custas à fl. 68, juntando às fls. 83/84, por erro ou má-fé, guia referente ao preparo do recurso de agravo de instrumento interposto contra a decisão denegatória de assistência judiciária gratuita, ainda que conste da petição de juntada expressa referência ao "pagamento no valor de R\$ 58,00 (cinquenta e oito reais), referentes as custas iniciais" [...] (e-STJ, fl. 257)

O TJ/RS concluiu que pela incidência da regra do art. 257, do CPC/73 e da intimação para cumprimento da ordem no prazo de 48 horas, nos termos do art. 267, § 1º do CPC/73.

Assim, inexistem os vícios elencados no art. 535, do CPC/73 (atual 1.022 do NCPC), sendo forçoso reconhecer que a pretensão recursal ostenta caráter nitidamente infringente, visando rediscutir matéria que já foi analisada.

A jurisprudência desta Casa é pacífica ao proclamar que, se os fundamentos adotados bastam para justificar o concluído na decisão, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos utilizados pela parte. Precedente: AgRg no AREsp 529.018/MS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, Terceira Turma, DJe 1º/9/2014.

Afasta-se, portanto, a alegada violação.

(2) Da Súmula 283 do STF

METROPOLITAN alegou a violação do art. 257, do CPC/73 que determina o cancelamento da distribuição pela ausência de recolhimento das custas no prazo de 30 dias.

Constou no acórdão recorrido que (i) após a concessão do prazo para pagamento das custas, nos termos do art. 257 do CPC/73, e caso não fosse realizado (ii) a parte deveria ser intimada, nos termos do art. 267, § 1º, do CPC/73, não sendo devida a extinção do feito em grau recursal, confira-se:

Isto é, o feito não pode ser extinto, sem resolução de mérito, sem que seja intimado o autor, após o indeferimento do benefício requerido, por nota de expediente, para o pagamento das custas iniciais, no prazo de 30 dias, sob pena de cancelamento da distribuição, consoante dispõe o artigo 257 do Código de Processo Civil. Após, caso não atendida a determinação, caberia a intimação pessoal do autor para cumprimento da ordem, no prazo de 48 horas, conforme dispõe o artigo 267, § 1º, do Código de Processo Civil, não sendo correta a extinção de plano da ação em grau recursal [...] (e-STJ, fl. 258).

O TJ/RS concluiu que pela incidência da regra do art. 257, do CPC/73 e da intimação para cumprimento da ordem no prazo de 48 horas, nos termos do art. 267, § 1º do CPC/73.

Da acurada análise das razões do presente recurso verifica-se que o fundamento referente à necessidade de intimação para cumprimento da ordem no prazo de 48 horas, nos termos do art. 267, § 1º do CPC/73 não foi impugnado, o que atrai, a incidência da Súmula 283 do STF, por analogia.

Confira-se o seguinte precedente:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. 1. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO.

INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. 2. DEVER DE INDENIZAÇÃO. FUNDAMENTO INATACADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF. 3. MONTANTE INDENIZATÓRIO. PRETENSÃO DE REDUÇÃO. DESCABIMENTO. SÚMULA 7/STJ. 4. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. RELAÇÃO EXTRACONTRATUAL. DATA DO EVENTO DANOSO. SÚMULA 54/STJ. 5. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. É deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015 se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão tornou-se omissa, contraditório ou obscuro. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284 do STF.

2. A manutenção de argumento que, por si só, sustenta o acórdão recorrido torna inviável o conhecimento do recurso especial, atraindo a aplicação do enunciado n. 283 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

3. A alteração da conclusão do Tribunal estadual quanto ao valor da indenização por danos morais demandaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula n. 7 do STJ.

4. No que tange aos juros de mora, a jurisprudência deste Tribunal Superior, em caso de responsabilidade extracontratual, determina que os juros moratórios incidam desde a data do evento danoso, nos termos da Súmula 54/STJ. Não sendo outro o entendimento do acórdão impugnado, tem incidência, no ponto, a Súmula 83/STJ.

5. Agravo interno improvido.

(AglInt no AREsp 1.526.287/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 16/3/2020, DJe 20/3/2020)

O recurso, portanto, não pode ser conhecido quanto ao ponto.

(3) Da ausência de pedido administrativo e carência de ação

METROPOLITAN alegou a carência de ação porque não houve pedido administrativo de pagamento do seguro, nos termos do art. 771 do CC/02.

Sobre o tema o TJ/RS consignou que a resistência da seguradora ao pagamento do seguro no curso da demanda evidencia a obstaculização à pretensão de cobrança do valor, confira-se:

A ré ainda argüi carecer de ação o autor em razão da ausência de interesse recursal, em razão da ausência de aviso de sinistro em sede administrativa.

No tocante à prefaciá invocada pela ré, é certo que inexistindo aviso de sinistro, de regra, o segurado não demonstra interesse de agir contra a seguradora, em razão da não demonstração de pretensão resistida e da necessidade-utilidade da tutela jurisdicional. Todavia, em havendo resistência da seguradora no curso da demanda e persistindo a negativa de cobertura, não se falar em falta de interesse processual, porquanto evidenciada a obstaculização à pretensão de cobrança do montante segurado [...]

De tal maneira, ainda que não haja prévio comunicado à seguradora acerca da ocorrência do sinistro, a oposição desta ao pedido de indenização formulado pelo beneficiário na ação de cobrança deixa clara sua resistência à pretensão, demonstrando o interesse de agir da parte autora(e-STJ, fls. 258/259 - sem destaque no original).

Novamente, incide ao caso o óbice da Súmula 283 do STF, visto que a

METROPOLITAN não impugnou o fundamento do acórdão recorrido quanto à supressão da falta de pedido administrativo pela resistência de pagamento na ação de cobrança.

Incide, sobre o tema, o óbice da Súmula 283 do STF, já indicado no tópico anterior.

(4) Do inadimplemento contratual

METROPOLITAN aduziu, por derradeiro, a existência de inadimplemento contratual e, portanto, a suspensão das coberturas, da forma como dispõe o art. 763 do CC/02, visto que a segurada estava inadimplente desde 16/11/2012 e o sinistro ocorreu em 8/8/2013, não sendo devido o pagamento da cobertura securitária.

O TJ/RS consignou que a jurisprudência considera abusiva a cláusula contratual que prevê a resolução automática do contrato em face da mora ou inadimplemento do prêmio, sem a interpelação do segurado para a regularização do pagamento (e-STJ, fl. 260).

Assim, o acórdão recorrido encontra-se em consonância com o entendimento desta Corte quanto à impossibilidade de rescisão do contrato de seguro, por atraso no pagamento da parcela do prêmio, sem a prévia constituição em mora.

Nesse sentido, confira-se o seguinte precedente:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. FERIADO LOCAL. COMPROVAÇÃO EM AGRAVO INTERNO. POSSIBILIDADE. CPC/1973. RECONSIDERAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO. CANCELAMENTO DE APÓLICE POR INADIMPLEMENTO. AUSÊNCIA DE PRÉVIA NOTIFICAÇÃO DO SEGURADO. CLÁUSULA ABUSIVA. DANO MORAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. AGRAVO INTERNO PROVIDO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Agravo interno contra decisão da Presidência que não conheceu do agravo em recurso especial, por intempestividade. Possibilidade de comprovação da tempestividade recursal por ocasião da interposição do agravo interno no caso de recurso manejado sob a égide do Código de Processo Civil de 1973. Reconsideração da decisão agravada.

2. Nos termos dos precedentes desta Corte, não basta o atraso no pagamento de parcela do prêmio para o desfazimento automático do contrato de seguro, sendo necessária a prévia constituição em mora, por interpelação específica, a qual não ocorreu na espécie.

3. A falta de indicação do dispositivo de lei federal supostamente violado, pertinente à temática abordada no recurso especial, impede a abertura da instância especial, nos termos da Súmula 284 do STF.

4. Agravo interno provido para reconsiderar a decisão agravada e, em novo julgamento, conhecer do agravo para dar parcial provimento ao recurso especial.

(AgRg no AREsp 543.101/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Quarta Turma, j. 4/2/2020, DJe 13/2/2020)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. INADIMPLEMENTO DE PARCELA DO PRÊMIO. EXTINÇÃO AUTOMÁTICA DO CONTRATO. NÃO OCORRÊNCIA. PRÉVIA NOTIFICAÇÃO PARA CONSTITUIÇÃO EM MORA. NECESSIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Negativa de prestação jurisdicional e ausência de fundamentação no decisum não configurados.

2. É pacífica a jurisprudência da Segunda Seção no sentido de que o atraso no pagamento de parcela do prêmio do contrato de seguro não acarreta a sua extinção automática, porquanto imprescindível a prévia notificação específica do segurado para a sua constituição em mora.
 3. Razões recursais insuficientes para a revisão do julgado.
 4. Agravo interno desprovido.
- (AgInt no AREsp 1.079.821/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, DJe 25/8/2017)

O acórdão recorrido está consonância com o entendimento desta Corte atraindo, quanto ao tema, o óbice da Súmula 568 do STJ.

Nessas condições, **CONHEÇO PARCIALMENTE** do recurso especial e, nesta extensão, **NEGO-LHE PROVIMENTO**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 23 de março de 2020.

Ministro MOURA RIBEIRO
Relator